

INTEGRAÇÃO ECONÔMICA NA AMÉRICA LATINA: O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO MERCOSUL À LUZ DO PENSAMENTO CEPALINO DE CELSO FURTADO

*ECONOMIC INTEGRATION IN LATIN AMERICA: REGIONAL DEVELOPMENT WITHIN
MERCOSUR FROM THE PERSPECTIVE OF CELSO FURTADO'S CEPAL DOCTRINE*

*INTEGRACIÓN ECONÓMICA EN AMÉRICA LATINA: DESARROLLO REGIONAL EN
MERCOSUR A LA LUZ DEL PENSAMIENTO DE LA CEPAL DE CELSO FURTADO*

Loren Brugnolo Silva¹
Luís Alexandre Carta Winter²

Resumo

Entre as diversas iniciativas para promover a integração econômico-social na América Latina, o MERCOSUL se destaca como uma das mais relevantes. Ao longo de sua trajetória, o Mercado Comum do Sul tem se empenhado em fortalecer seus laços econômicos e sociais, por meio da eliminação de obstáculos comerciais e da coordenação de políticas entre seus membros. Contudo, como entender essa integração de forma eficaz? Celso Furtado, economista de renome no Brasil, ofereceu uma abordagem para responder a essa questão por meio de sua Teoria do Desenvolvimento. A partir da premissa de que o desenvolvimento regional não pode ser reduzido a um simples crescimento homogêneo da produção, este artigo visa analisar o desenvolvimento econômico no MERCOSUL à luz das contribuições de Furtado, com o objetivo de responder à seguinte questão: De que maneira a concepção de desenvolvimento de Celso Furtado pode ser aplicada como um método para avaliar o processo de integração econômica no MERCOSUL? Através da abordagem metodológica hipotético-dedutiva, utilizando técnicas de pesquisa documental e bibliográfica, o foco recai sobre os indicadores que refletem o desempenho regional e a atividade econômica, com o intuito de analisar o desenvolvimento econômico desta união aduaneira imperfeita. O objetivo da pesquisa é proporcionar uma visão crítica sobre o impacto da integração econômica na América Latina, com ênfase no caso específico do MERCOSUL.

Palavras-chave: globalização; MERCOSUL; progresso socioeconômico; pensamento CEPALINO; integração econômica regional.

Abstract

Among the various initiatives to promote socio-economic integration in Latin America, MERCOSUR stands out as one of the most significant. Throughout its trajectory, the Southern Common Market has worked to strengthen its economic and social ties by eliminating trade barriers and coordinating policies among its members. However, how can this integration be understood effectively? Celso Furtado, a renowned Brazilian economist, offered an approach to answer this question through his Theory of Development. Based on the premise that regional development cannot be reduced to a simple homogeneous growth of production, this article aims to analyze economic development in MERCOSUR in light of Furtado's contributions, with the goal of answering the following question: How can Celso Furtado's concept of development be applied as a method for evaluating the economic integration process in MERCOSUR? Through a hypothetical-deductive methodological approach, using documentary and bibliographical research techniques, the focus is on indicators that reflect regional performance and economic activity, aiming to analyze the economic development of this imperfect customs union. The research aims to provide a critical view of the impact of economic integration in Latin America, with a particular emphasis on MERCOSUR.

Keywords: globalization; MERCOSUR; socioeconomic progress; CEPAL approach; regional economic integration.

¹ Mestrado em Direito Econômico e Desenvolvimento pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil (2025); Assessora de Juiz do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná - TJPR, Brasil

² Doutorado em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo, Brasil (2008); professor titular da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil

Resumen

Entre las diversas iniciativas para promover la integración económica y social en América Latina, MERCOSUR destaca como una de las más relevantes. A lo largo de su historia, el Mercado Común del Sur ha trabajado por fortalecer sus lazos económicos y sociales mediante la eliminación de barreras comerciales y la coordinación de políticas entre sus miembros. Sin embargo, ¿cómo entender esta integración de forma efectiva? Celso Furtado, un economista reconocido en Brasil, ofreció un enfoque para responder a esta cuestión a través de su Teoría del Desarrollo. Partiendo de la premisa de que el desarrollo regional no puede reducirse a un simple crecimiento homogéneo de la producción, este artículo pretende analizar el desarrollo económico en MERCOSUR a la luz de las contribuciones de Furtado, con el objetivo de responder a la siguiente pregunta: ¿Cómo puede aplicarse la concepción del desarrollo de Celso Furtado como método para evaluar el proceso de integración económica en MERCOSUR? A través del enfoque metodológico hipotético-deductivo, utilizando técnicas de investigación documental y bibliográfica, el enfoque recae en los indicadores que reflejan el rendimiento regional y la actividad económica, para analizar el desarrollo económico de esta imperfecta unión aduanera. El objetivo de la investigación es ofrecer una visión crítica del impacto de la integración económica en América Latina, con énfasis en el caso específico de MERCOSUR.

Palabras clave: globalización; MERCOSUR; progreso socioeconómico; CEPALINO pensamiento; integración económica regional.

1 Introdução

A análise do desenvolvimento econômico regional exige um exame que transcenda indicadores tradicionais, como volumes de exportação e importação ou índices produtivos isolados. Nesse sentido, a interpretação criteriosa de dados desempenha um papel central para compreender as interações complexas que moldam o progresso econômico de determinada região.

As reflexões de Celso Furtado, renomado economista que testemunhou o surgimento do MERCOSUL antes de seu falecimento em 2004, oferecem insights fundamentais. Para ele, o verdadeiro desenvolvimento econômico não reside apenas na expansão das capacidades produtivas, mas também nas transformações estruturais de cunho social e econômico (Furtado, 1974). Sua visão ressalta a necessidade de uma articulação efetiva entre os países-membros e a harmonização de interesses nacionais, uma abordagem que se mostra especialmente relevante na América Latina que se caracteriza por profundas disparidades culturais e econômicas.

Ao observar a evolução da integração regional, desde a formação da ALALC até a criação do MERCOSUL, verifica-se que tais iniciativas surgem como ferramentas estratégicas para fomentar o desenvolvimento econômico da América Latina. Estabelecido em 1991 pelo Tratado de Assunção, o MERCOSUL se consolidou como um bloco econômico voltado para a intensificação das relações entre os países da região. Com o objetivo de superar barreiras comerciais e promover um ambiente favorável à convergência de políticas, o bloco visa não apenas ampliar o comércio intrarregional, mas também criar condições para uma coordenação estratégica entre as nações envolvidas.

Contudo, a compreensão do impacto desse processo de integração e suas implicações para o desenvolvimento econômico exige uma abordagem mais abrangente.

Como ressignificar essas nuances a ponto de fornecer meios diversos de análise do desenvolvimento dos países que a integram? Nesse caso, a concepção de Furtado pode ser utilizada como um método valioso de análise do processo de integração econômica da América Latina, mais especificamente, do MERCOSUL.

A iniciativa do Mercado Comum do Sul representa uma resposta prática aos desafios identificados por Furtado, ao criar um ambiente propício para a convergência de estratégias nacionais em prol do desenvolvimento comum. A integração regional, promovida pela união aduaneira, busca fortalecer o comércio regional e ao mesmo tempo, propõe a criação de mecanismos de solidariedade e cooperação, reconhecendo as diferenças e peculiaridades de cada membro. Dessa forma, o MERCOSUL se apresenta como um importante componente na construção de uma visão compartilhada de progresso na América Latina, incorporando os princípios propostos por Furtado e contribuindo para superar os desafios históricos que limitaram o desenvolvimento e a integração na região.

Por ser um fato novo, não se considerou, no desenvolvimento da presente pesquisa, a Bolívia, como nova integrante do MERCOSUL.

Nesse contexto, o artigo busca analisar de que forma a concepção de desenvolvimento de Celso Furtado pode ser utilizada como um método de avaliação do processo de integração econômica no MERCOSUL? Em outras palavras, como a concepção de desenvolvimento elaborada por Celso Furtado pode ser aplicada como ferramenta de análise para o processo de integração econômica no MERCOSUL? Essa indagação incentiva a adoção de uma perspectiva mais ampla, que transcenda os indicadores econômicos tradicionais ao incorporar dimensões sociais, culturais e sustentáveis, alinhando-se à abordagem abrangente proposta por Furtado.

Sob uma metodologia hipotético-dedutiva, o presente estudo se propõe a investigar como a visão de desenvolvimento de Furtado pode ser utilizada como parâmetro na avaliação do processo de integração econômica promovido pelo MERCOSUL. O objetivo é evidenciar tanto a eficácia do bloco econômico em materializar os ideais de integração quanto os resultados obtidos em termos de desenvolvimento econômico, à luz da Teoria do Desenvolvimento formulada por Furtado, com foco nas especificidades da América Latina.

A análise engloba o desempenho regional, os níveis de atividade econômica, a evolução da pobreza e os indicadores sociais dos países membros do MERCOSUL. A partir disso, busca-se avaliar o progresso econômico de um bloco que, embora seja uma união aduaneira ainda imperfeita, desempenha um papel estratégico no contexto da integração regional.

Com a finalidade de oferecer contribuições significativas, o estudo pretende delinear como os dados econômicos, políticos e sociais relativos ao MERCOSUL podem inspirar novas formas de analisar o desenvolvimento econômico regional. Assim, o artigo tem como objetivo central explorar os aspectos sociais, econômicos e culturais do bloco, fundamentando-se nos estudos de Celso Furtado, com a finalidade de propor uma abordagem analítica e aplicável ao desenvolvimento econômico da região.

2 A Concepção de Desenvolvimento e Subdesenvolvimento em Celso Furtado

A noção de "desenvolvimento", na visão de Celso Furtado, vai além do simples avanço econômico, integrando de forma essencial o aspecto social. De acordo com Furtado (2007), o desenvolvimento econômico é impulsionado pela introdução de novos elementos produtivos, o que, por sua vez, eleva a produtividade do trabalho por meio da aplicação de tecnologias modernas.

Esse aumento na produtividade decorre da implementação de disposições mais eficazes entre os fatores de produção, representando, em essência, o próprio conceito de desenvolvimento econômico. Nesse sentido, o progresso econômico está intrinsecamente associado a mudanças significativas na estrutura e nas proporções dos fatores produtivos envolvidos.

Ao examinar as economias periféricas no contexto do sistema capitalista, Celso Furtado destacou características específicas que impedem a inevitabilidade da transição entre o aumento da produtividade e o desenvolvimento. Essas economias são frequentemente marcadas por uma estrutura pouco diversificada, forte dependência de produtos primários, mão de obra de baixa qualificação, concentração de renda, limitada inovação tecnológica e mercados internos restritos. Para Furtado (1974), o conceito de desenvolvimento transcende o mero crescimento econômico, abrangendo sistemas onde a demanda reflete tanto preferências individuais quanto coletivas, sustentadas por valores compartilhados.

Em economias com estruturas mais complexas, fatores sociais e institucionais, frequentemente ignorados pelas análises econômicas tradicionais, assumem um papel essencial. Na perspectiva furtadiana, os agentes econômicos que promovem as decisões mais relevantes são aqueles capazes de ir além das informações provenientes do mercado, moldando os acontecimentos de forma não determinística. Sua teoria do desenvolvimento econômico busca compreender os fatores e mecanismos que sustentam o aumento contínuo da produtividade do trabalho.

Furtado também enfatiza que as teorias de desenvolvimento servem como ferramentas explicativas para fenômenos sociais. Ele argumenta que a adoção de novas tecnologias e o consequente aumento da produtividade têm o potencial de melhorar o bem-estar coletivo, promovendo maior equidade social ao longo do tempo (Furtado, 1992, p.39).

Em economias subdesenvolvidas, observa-se a predominância de um setor avançado voltado à exportação de produtos primários e de um setor atrasado caracterizado pela produção agrícola de subsistência. Nesse cenário, a deterioração dos termos de troca impede que o setor exportador cumpra efetivamente seu papel na transformação das estruturas econômicas e sociais. Conforme Furtado (2009), o subdesenvolvimento emerge das relações desiguais entre economias centrais e periféricas, moldadas pela expansão do capitalismo. Nessas regiões, a economia apresenta uma composição heterogênea, na qual setores industrializados coexistem com estruturas produtivas tradicionais. Apesar de alguns avanços industriais, a manutenção de padrões ocupacionais pré-capitalistas perpetua desigualdades.

Furtado também aponta para os desafios na transferência da produtividade para a renda das famílias, ressaltando a necessidade de reverter a taxa de exploração relacionada ao custo de reprodução do trabalho. Sua teoria do desenvolvimento considera o impacto da distribuição de renda no crescimento econômico e enfatiza como decisões políticas podem influenciar as condições sociais. Nesse contexto, o desenvolvimento vai além da simples expansão da capacidade produtiva e acumulação de capital, abrangendo mudanças estruturais em paradigmas econômicos, culturais e sociais. Como o autor destaca, "a concepção de desenvolvimento de uma sociedade não é alheia à sua estrutura social, e tampouco à formulação de uma política de desenvolvimento" (Furtado, 1981, p. 15).

A industrialização, na visão de Furtado (2000), é concebida como um meio para homogeneizar sistemas inicialmente heterogêneos, oferecendo um impulso dinâmico às economias periféricas. No entanto, esse processo exige atenção às particularidades que distinguem essas economias das centrais, demandando, assim, uma trajetória de desenvolvimento específica para as regiões periféricas.

Para Furtado, o principal desafio reside na busca por uma distribuição de renda mais justa, objetivo que depende de uma ação coordenada do Estado por meio de políticas públicas que promovam o desenvolvimento. Ele afirma que o desenvolvimento deve ser entendido como um "processo de transformação que engloba o conjunto de uma sociedade" (Furtado, 2000, p. 15), superando abordagens restritas ao crescimento econômico.

Essa abordagem crítica de Furtado, que reconhece as complexidades do desenvolvimento econômico e social, é particularmente relevante para analisar os desafios da

integração econômica na América Latina. No contexto do MERCOSUL, sua perspectiva fornece uma base para investigar as disparidades regionais e os obstáculos ao progresso econômico conjunto, tema que será explorado no próximo tópico.

O desenvolvimento, segundo Furtado (2000), vai além da ampliação da capacidade produtiva e da acumulação de capital, incluindo mudanças em paradigmas econômicos, culturais e sociais. Para ele, “a concepção de desenvolvimento de uma sociedade não é alheia à sua estrutura social, e tampouco à formulação de uma política de desenvolvimento” (Furtado, 1981, p. 15). Nas economias periféricas, a industrialização surge como um impulso dinâmico para homogeneizar sistemas heterogêneos, embora demande estratégias específicas que considerem suas particularidades em relação às economias centrais.

O desafio principal está em alcançar uma distribuição de renda mais equitativa, o que requer a atuação coordenada do Estado por meio de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento. A teoria de Furtado (2000) propõe um entendimento amplo, descrevendo o desenvolvimento como “um processo de transformação que engloba o conjunto de uma sociedade” (p. 15), superando a perspectiva restrita ao crescimento econômico.

Essa abordagem é particularmente relevante para a integração econômica na América Latina, especialmente no MERCOSUL, oferecendo uma base analítica para abordar desigualdades regionais e desafios ao desenvolvimento.

3 Integração Econômica da América Latina

O início do século XX foi marcado por transformações significativas no cenário internacional, destacando-se, na América Latina, a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) em 1948 pela ONU.³

A CEPAL, ao promover o desenvolvimento econômico, busca fomentar um crescimento equitativo e sustentável na América Latina e no Caribe, priorizando a geração e a alocação eficiente de recursos financeiros para apoiar esse desenvolvimento. A criação de uma zona de livre comércio foi considerada essencial para esse processo e foi formalizada no primeiro Tratado Integracionista da região (Ocampo, 2007).

³ A CEPAL, na área de desenvolvimento econômico, busca promover um crescimento econômico equitativo a longo prazo e a geração efetiva e alocação de recursos financeiros para apoiar o desenvolvimento e a igualdade nos países da América Latina e do Caribe. A CEPAL busca alcançar esse objetivo por meio de uma estratégia tripla: o monitoramento sistemático de políticas macroeconômicas e reformas; a avaliação de seu impacto em termos de sustentabilidade, eficiência e equidade; e apoio substancial para a formulação e implementação dessas políticas pelos governos. Acerca do tema, informações disponíveis em: <https://www.cepal.org/pt-br/topics>. Acesso em: 1 jan. 2024.

A Comissão Econômica, ao analisar a viabilidade da integração econômica, abordou esse conceito já em 1949, com o documento elaborado por Prebisch (2000), que evidenciava preocupações sobre a exploração das economias e a necessidade de unir os mercados regionais para melhorar a produtividade por meio da ampliação da escala de produção. Essas preocupações foram exploradas em 1959, no documento "O Mercado Comum Latino-americano", em que Prebisch discutiu os benefícios da integração (Prebisch, 2000, p. 361-362).

Com base nos fundamentos da CEPAL, Furtado (1983, p. 231) destacou a ineficácia dos investimentos nos países latino-americanos devido às dimensões reduzidas de seus mercados. Ele argumentou que, à medida que a indústria diversificava os investimentos, o problema se tornava mais complexo, especialmente com o aumento das exigências tecnológicas para as unidades de produção. Para Furtado, a criação de um mercado comum deveria ser uma prioridade para os governos latino-americanos (Furtado, 2007, p. 369).

Nos anos 1960, a primeira tentativa de integrar os mercados latino-americanos ocorreu com a criação da ALALC, através do Tratado de Montevideu (1960). Inicialmente formada por Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai, e posteriormente incluindo Colômbia, Equador, Venezuela e Bolívia, a ALALC não conseguiu atingir seus objetivos devido a divergências internas, como o protecionismo e a falta de coordenação institucional. Apesar disso, a ALALC estimulou a criação de blocos sub-regionais, como o Pacto Andino de 1969, que se enfraqueceu na década seguinte, mas foi retomado nos anos 1980. Furtado considerava a ALALC como uma "significação limitada na criação de novas atividades econômicas" (Furtado, 2007, p. 363).

Furtado também alertava que a integração econômica regional, em um contexto de dependência externa, não deveria ser movida apenas pelos benefícios da expansão dos mercados, pois isso poderia agravar problemas estruturais, caso os países perdessem autonomia para atender às demandas sociais. A integração poderia, assim, favorecer grandes empresas com interesses fora da região e resultar na concentração da produção e da renda, dificultando a superação do subdesenvolvimento (Furtado, 1983, p. 234).

Na tentativa de continuar o projeto de integração, foi estabelecido o SELA em 1975, com o objetivo de promover a cooperação econômica entre os países membros. Já em 1980, foi criada a ALADI, que buscava estabelecer gradualmente um mercado comum latino-americano. Embora tenha permitido acordos sub-regionais e bilaterais, a ALADI também falhou em concretizar um mercado comum devido à falta de uma estrutura institucional eficaz e à escassez de metas claras.

A análise de Furtado sobre a ALALC vai além da questão econômica, enfocando os desafios políticos da integração. Para ele, a principal dificuldade estava em conciliar os projetos nacionais com o projeto regional. A criação de um "espaço econômico unificado" deveria ser transformada em um "instrumento eficaz de política nacional" (Furtado, 2007, p. 371). Ele também acreditava que a integração não deveria ser vista apenas como um processo econômico, mas como uma ferramenta política avançada para promover o desenvolvimento regional (Furtado, 1983, p. 234).

Diante do enfraquecimento dos acordos regionais, os países sul-americanos passaram a buscar alternativas em esquemas de integração sub-regional, como o MERCOSUL, que se consolidou como uma perspectiva importante de desenvolvimento socioeconômico na região, alinhando-se com o novo modelo de internacionalização.

Diante da fragilidade dos acordos regionais, os países da América do Sul passaram a se orientar para esquemas de integração sub-regional, com o MERCOSUL sendo um exemplo significativo. No cenário atual da América Latina, o MERCOSUL representa uma alternativa importante para o desenvolvimento socioeconômico, inserido no novo modelo de internacionalização, como será abordado a seguir.

4 MERCOSUL e o processo de Integração Econômica na América Latina

O MERCOSUL, formado pelos países fundadores Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, tem como objetivo primordial criar um espaço comum para promover oportunidades comerciais e investimentos, integrando as economias nacionais ao mercado global. Desde a sua criação, o Tratado de Assunção, assinado em 1991, tem sido a base para a expansão do MERCOSUL, permitindo a adesão de novos países membros da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). Em 2006, a Venezuela tornou-se o primeiro país a aderir ao tratado, seguida pela Bolívia que gradualmente adota o acervo normativo do MERCOSUL. Essa expansão reforça a natureza inclusiva e crescente do Mercado Comum do Sul, além de fortalecer a colaboração regional em termos de integração econômica.

A partir de 1º de janeiro de 1995, o MERCOSUL passou a operar como uma União Aduaneira, com o objetivo final de criar um Mercado Comum, como estabelecido no Tratado de Assunção. A concretização dessa integração implica não apenas na livre circulação de mercadorias e serviços, mas também na mobilidade de mão de obra entre os países membros. No entanto, o MERCOSUL enfrenta desafios significativos ao tentar harmonizar as diferenças

econômicas, políticas e legais entre seus países membros e tornar a integração uma realidade prática, além da simples formalização nos documentos legais.⁴

Os estudos sobre integração econômica, como os de Baptista (1998), sugerem que a integração de economias nacionais pode ser classificada em diferentes estágios. O MERCOSUL, desde 1995, se caracteriza como uma União Aduaneira imperfeita. Isso significa que, embora haja a eliminação de barreiras tarifárias entre os países membros, ainda não foi plenamente alcançado o objetivo de um Mercado Comum. O processo de integração requer não apenas a liberalização dos mercados, mas também a implementação de acordos setoriais flexíveis que beneficiem as empresas da região, permitindo-lhes aproveitar as oportunidades geradas pela integração.⁵

A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) aponta que os governos devem atuar como facilitadores desse processo, criando estruturas de coordenação empresarial que promovam a transferência de tecnologia, a criação de redes de informação e a abertura de fóruns para o intercâmbio de ideias, construção de consenso e mobilização de recursos. Essas estruturas podem ser usadas para desenvolver projetos empresariais conjuntos ou para facilitar outros tipos de acordos entre empresas dos diferentes países da região (Cepal, 1994, p. 950-951). Tais medidas estão diretamente alinhadas ao Tratado de Assunção, que destaca a importância de adotar acordos setoriais para otimizar a utilização dos fatores de produção e alcançar maior eficiência nas escalas operacionais, na medida em que reforça que a "evolução dos eventos internacionais, em particular a consolidação de grandes espaços econômicos e a importância de alcançar uma inserção internacional adequada para seus países" (Brasil, 1991, parte introdutória).

Referidas ideias se encontram presentes no processo de formação do MERCOSUL, uma vez que, conforme estipulado no Tratado de Assunção, há uma abordagem voltada para a promoção de integração econômica regional. O tratado também enfatiza a importância de estabelecer acordos setoriais como instrumento para "melhorar a utilização e mobilidade dos fatores de produção, alcançando assim escalas operacionais eficientes" (Brasil, 1991, Art. 5, item c).

Para materializar essa integração, o MERCOSUL enfrenta o desafio de superar as disparidades entre os países-membros, além de enfrentar questões jurídicas que permitam que

⁴ Tratado de Assunção. Disponível em: https://www.tprmercosur.org/pt/docum/Tratado_de_Assuncao_pt.pdf. Acesso em: 31 jan. 2024.

⁵ Etapas do Processo de Integração Econômica do MERCOSUL. Trabalho elaborado por José Everaldo Ramalho - CNE lotado na Comissão do Mercosul. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/conheca-a-representacao/oquecomercosul.html/mercosulpolitico>. Acesso em: 2 fev. 2024.

a integração se concretize na prática, incluindo a liberdade de circulação de bens, serviços e mão de obra.

O processo de integração econômica, conforme destacado pela Comissão Econômica para a América Latina, exige a liberalização dos mercados, juntamente com a adoção de acordos setoriais flexíveis que favoreçam a incorporação de inovações tecnológicas. Nesse contexto, o papel dos governos é essencial, funcionando como facilitadores na criação de estruturas empresariais colaborativas que possibilitam a transferência de tecnologia, a construção de redes de informações e a criação de espaços para o intercâmbio e a reflexão.

O MERCOSUL exerce um papel determinante na formação de amplas zonas econômicas e na busca por uma inserção internacional estratégica. Com os avanços nas dinâmicas internacionais e a crescente importância dos acordos setoriais para a otimização dos fatores de produção, destaca-se a relevância dessa união aduaneira, ainda que imperfeita, no processo de integração econômica regional. Sua contribuição para o desenvolvimento socioeconômico e o crescimento nacional dos países participantes é um ponto central, mas como é possível compreender a relação entre desenvolvimento e integração econômica representada pelo MERCOSUL? Os estudos de Celso Furtado fornecem uma resposta relevante para essa questão específica.

5 Furtado como método de avaliação do desenvolvimento no MERCOSUL e na América Latina

A abordagem interdisciplinar de Celso Furtado sobre a evolução da integração na América Latina após a Segunda Guerra Mundial, com ênfase no acordo da ALALC de 1960, vai além dos aspectos econômicos, enfocando também os desafios políticos. Furtado destaca a dificuldade de harmonizar os projetos nacionais com o projeto regional, enfatizando a necessidade de transformar a criação de um "espaço econômico unificado" em um "instrumento eficaz de política nacional" (Furtado, 2007, p. 371).

Entre as décadas de 1960 e 1980, a região enfrentou instabilidades políticas, golpes militares e rivalidades internas, o que dificultou o equilíbrio entre as agendas nacionais e as aspirações regionais, resultando em retrocessos no processo de integração. Durante esse período, a integração perdeu sua relevância ao se vincular a demandas sociais que foram suprimidas pelos golpes de Estado. No entanto, a década de 1980 trouxe mudanças substanciais, com o processo de redemocratização, como exemplificado pela Declaração de Iguazu em 1985,

firmada entre Brasil e Argentina, que buscava encerrar disputas geopolíticas e posicionava a integração como uma plataforma para enfrentar a economia globalizada.⁶

Nos anos 1990, houve uma transição para o neoliberalismo, o que resultou em uma visão mais comercial do MERCOSUL, enquanto países como México e Chile optaram por abordagens bilaterais de livre comércio. Com a chegada do século XXI e a ascensão de líderes populistas na América Latina, observou-se uma retomada da dimensão política na integração. A criação de organizações como a ALBA e a UNASUL refletiu a busca por maior autonomia e a recuperação da capacidade decisória dos Estados. Contudo, apesar dos avanços no campo político, a fragilidade econômica do MERCOSUL, somada ao retorno de governos conservadores e liberais na região, levou a uma nova desaceleração da integração.

Furtado enfatiza a necessidade de alinhar os projetos nacionais com o projeto regional, apontando que a coesão do MERCOSUL depende da capacidade dos Estados-membros de harmonizar seus interesses internos com os objetivos coletivos da integração: "A teoria da integração constitui uma etapa superior da teoria do desenvolvimento e a política de integração uma forma avançada de política de desenvolvimento" (Furtado, 1983, p. 234).

Ao refletir sobre o MERCOSUL, surge a questão de até que ponto os países membros conseguem coordenar suas políticas internas e fortalecer a coesão regional. A compreensão dos desafios políticos e a busca por uma harmonização das agendas nacionais são cruciais para analisar as dinâmicas do MERCOSUL e demonstram a relevância da abordagem de Furtado para interpretar os sucessos e desafios do bloco.

A integração, na perspectiva de Furtado, representa uma fase avançada da teoria do desenvolvimento, com a política de integração funcionando como uma extensão da política de desenvolvimento. Essa visão sugere que o MERCOSUL deve ser analisado não apenas pelos benefícios econômicos, mas também pelo impacto da integração nos objetivos mais amplos de desenvolvimento econômico e social.

A influência política, essencial na análise de Furtado, se torna evidente ao examinar os períodos de instabilidade política na região. As considerações sobre as rivalidades políticas e golpes militares das décadas de 1960 a 1980, que interromperam os processos democráticos, fornecem um contexto importante para entender as flutuações na integração. Furtado observa que a eficácia da integração está ligada ao atendimento das demandas sociais, e quando

⁶ Declaração do Iguazu entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina. Trata-se de uma declaração conjunta assinada pelos presidentes civis da era pós-ditadura do Brasil e da Argentina, José Sarney e Raúl Alfonsín. Um documento que serviu de base para a formação da integração regional. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/3329?IdEnvolvido=19&page=22&tipoPesquisa=2>. Acesso em: 30 jan. 2024.

governos autoritários reprimem essas demandas, a integração perde sua funcionalidade (Furtado, 1983, p. 234).

A concepção de Furtado de que a política de integração é uma forma avançada de política de desenvolvimento é particularmente relevante ao se analisar os resultados econômicos e sociais da integração no MERCOSUL. A ênfase inicial na criação de um "espaço econômico unificado" contrasta com as fases de orientação neoliberal e o recente fortalecimento de governos conservadores, revelando a complexa interação entre os objetivos econômicos e políticos do bloco.

Atualmente, a reaproximação dos países do MERCOSUL, como exemplificado pela criação de iniciativas como o Fundo de Convergência Estrutural e o Mercosul Social, ressoa com a visão de Furtado de que a integração deve ser um instrumento político eficaz. No entanto, a fragilidade econômica observada na segunda metade da década de 2010, com a ascensão de governos conservadores, ilustra a complexidade de atingir plenamente os objetivos de Furtado.

Por isso, a aplicação da metodologia de Celso Furtado para avaliar a integração econômica no MERCOSUL enriquece a compreensão das dinâmicas regionais e oferece ferramentas para enfrentar os desafios atuais. Para analisar o desenvolvimento econômico do MERCOSUL sob a ótica de Furtado, é necessário considerar os dados dentro de "um processo de transformação que engloba o conjunto de uma sociedade" (Furtado, 2000, p. 41). Portanto, dado que o progresso de uma região não se limita à evolução econômica, esta pesquisa propõe avaliar o desenvolvimento do MERCOSUL a partir de indicadores de desempenho regional, atividade econômica, evolução da pobreza e indicadores sociais, para assim compreender o desenvolvimento econômico desta união aduaneira.

A análise pode ser aprofundada a partir dos dados contidos nos Informes Técnicos de Comércio Exterior, publicados pelo Comité Técnico N° 6 "Estadísticas del Comercio Exterior del MERCOSUR", que abrangem o período de 2018 a 2022. Esses relatórios, elaborados pela UTECEM/Secretaría del MERCOSUR, oferecem uma visão detalhada da evolução do comércio exterior do bloco, fornecendo informações cruciais sobre exportações, importações, balança comercial e os principais destinos e origens comerciais do MERCOSUL. Com esses dados, é possível avaliar de forma precisa o impacto da integração regional no desempenho comercial dos países membros, destacando as dinâmicas comerciais resultantes dessa integração econômica, política e social.⁷

⁷ Ante a ausência de dados atualizados, a análise foi realizada somente entre os anos 2018-2022.

Em 2018, o comércio exterior total do MERCOSUL alcançou US\$ 495,749 bilhões, o que representou um aumento de 10% em relação ao ano anterior. As exportações representaram 56% desse montante, totalizando US\$ 276,341 bilhões, enquanto as importações corresponderam a 44%, somando US\$ 219,408 bilhões. O bloco obteve um superávit comercial de US\$ 56,933 bilhões, com o Brasil registrando o único saldo positivo. A Ásia foi a principal região de destino e origem do comércio do MERCOSUL, respondendo por 45% das exportações e 41% das importações. Os principais destinos das exportações foram China (25%), Estados Unidos (12%) e Países Baixos (5%), enquanto as importações vieram principalmente da China (23%), Estados Unidos (17%) e Alemanha (7%).⁸

Os principais produtos exportados pelo MERCOSUL em 2018 foram "sementes e frutos oleaginosos" (13%), "combustíveis e óleos minerais" (11%) e "minerais metalíferos" (8%). Já as importações mais significativas foram "combustíveis e óleos minerais" (15%), "máquinas e equipamentos elétricos" (14%) e "reatores nucleares e caldeiras" (13%).⁹

Em relação ao desempenho dos países membros, a Argentina registrou um aumento de 5% nas exportações, somando US\$ 61,559 bilhões, enquanto as importações caíram 2%, atingindo US\$ 62,486 bilhões, resultando em um déficit comercial de US\$ 927 milhões. O Brasil teve um aumento de 10% nas exportações, totalizando US\$ 239,889 bilhões, e uma alta de 20% nas importações, somando US\$ 181,231 bilhões, com um superávit comercial de US\$ 58,659 bilhões. O Paraguai, por sua vez, teve um aumento de 4% nas exportações, que chegaram a US\$ 9,045 bilhões, mas as importações cresceram 13%, totalizando US\$ 12,434 bilhões, gerando um déficit comercial de US\$ 3,389 bilhões. O Uruguai, por fim, registrou uma queda de 5% nas exportações, somando US\$ 7,495 bilhões, enquanto as importações cresceram 5%, atingindo US\$ 8,305 bilhões, resultando em um déficit de US\$ 810 milhões.¹⁰

Em 2019, o comércio do MERCOSUL caiu 3,7%, totalizando US\$ 478,5 bilhões. As exportações diminuíram 1,3%, somando US\$ 272,6 bilhões, enquanto as importações caíram 6%, totalizando US\$ 205,9 bilhões. A balança comercial foi positiva, com um superávit de US\$ 66,6 bilhões. A Ásia continuou sendo o principal destino e origem do comércio, com destaque

⁸ *In: Informe Técnico de Comercio Exterior 2018*. ANEXO IV, Junio, 2019. COMITÉ TÉCNICO N° 6 "Estadísticas del Comercio Exterior del MERCOSUR" UTECEM/Secretaría del MERCOSUR, p. 3. Disponível em: <https://estadisticas.mercosur.int/>. Acesso em: 7 dez. 2024.

⁹ "Los rubros más exportados por el MERCOSUR en 2018 fueron: "Semillas y frutos oleaginosos" (13%), "Combustibles y aceites minerales" (11%) y "Minerales metalíferos" (8%). Por otro lado, los más importados fueron: "Combustibles y aceites minerales" (15%), "Máquinas, aparatos y material eléctrico" (14%), y "Reactores nucleares, calderas, máquinas, aparatos y artefactos mecánicos" (13%)." *idem*

¹⁰ Estadísticas del Comercio Exterior del MERCOSUR" UTECEM/Secretaría del MERCOSUR, p. 5.

para China (26%), Estados Unidos (13%) e Países Baixos (4%). Em termos de importações, os principais fornecedores foram China (24%), Estados Unidos (18%) e Alemanha (7%).¹¹

Em 2020, ano da pandemia de COVID-19, o comércio do MERCOSUL diminuiu para US\$ 437,3 bilhões, uma queda de 10,4%. As exportações somaram US\$ 250,3 bilhões, enquanto as importações foram de US\$ 186,9 bilhões. A balança comercial teve um superávit de US\$ 63,4 bilhões, 30% superior ao de 2019. A Ásia continuou sendo a principal região de destino e origem do comércio, com destaque para China, Estados Unidos e Países Baixos. O comércio intrazona foi de US\$ 28,7 bilhões, com uma queda de 12% em relação a 2019.¹²

Em 2022, o comércio exterior do MERCOSUL atingiu US\$ 727,3 bilhões, com um aumento de 21,4% em relação a 2021. As exportações somaram US\$ 399 bilhões e as importações, US\$ 328,3 bilhões. A balança comercial foi positiva, com um superávit de US\$ 68,6 bilhões, embora tenha caído 12,9% em relação ao ano anterior. A China foi o principal destino das exportações, seguida pela União Europeia e Estados Unidos.¹³

De acordo com o Resumo Executivo do Panorama Social da América Latina e do Caribe, publicado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) a análise dos dados sobre a evolução da pobreza revela em 2023, houve avanços na redução da pobreza extrema e da pobreza na região. Em média, as taxas de pobreza extrema e pobreza geral diminuíram 1,8 e 3,6 pontos percentuais, respectivamente, em 2022.¹⁴

Em 2023, os dados sobre a população em situação de pobreza extrema e pobreza na América Latina, conforme a distribuição por áreas geográficas, revelam diferenças significativas entre os países e as áreas urbanas e rurais. Na Argentina, a pobreza extrema na área urbana atingiu 4%, mas não há dados específicos para o total nacional. Da mesma forma, dados sobre a Bolívia e a Venezuela não foram divulgados, o que limita a análise completa da situação nesses países. No Brasil, a taxa de pobreza extrema no nível nacional foi de 3,6%. Quando a análise é feita por área, observou-se que nas áreas urbanas, 3% da população vivia

¹¹ MERCOSUL. **Informe Técnico de Comercio Exterior del MERCOSUR 2019**. COMITÉ TÉCNICO N° 6 “Estadísticas del Comercio Exterior del MERCOSUR” – UTECEM/Secretaría del MERCOSUR. Mayo, 2020. p. 2. Disponível em: <https://estadisticas.mercosur.int/>. Acesso em: 7 dez. 2024.

¹² MERCOSUL. **Informe Técnico de Comercio Exterior del MERCOSUR 2022**. COMITÉ TÉCNICO N° 6 “Estadísticas del Comercio Exterior del MERCOSUR” – UTECEM/Secretaría del MERCOSUR. Junio, 2023 (Versão 2), p. 2. Disponível em: <https://www.mercosur.int/en/documento/informe-tecnico-de-comercio-exterior-del-mercotur-2022/>. Acesso em: 7 dez. 2024.

¹³ MERCOSUL. **Sistema de Estadísticas de Comercio Exterior del MERCOSUR (SECEM)**. UTECEM/Secretaría del MERCOSUR, p. 2. Disponível em: <https://estadisticas.mercosur.int/>. Acesso em: 7 dez. 2024.

¹⁴ Panorama Social da América Latina e do Caribe 2022 A transformação da educação como base para o desenvolvimento sustentável, p. 12. A edição de 2022 do Panorama Social da América Latina e do Caribe, pertencente à série anual publicada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), focaliza sua atenção na educação e sua posição nos diálogos relacionados às políticas de recuperação na região. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/48609-panorama-social-america-latina-caribe-2022-transformacao-educacao-como-base-o>. Acesso em: 30 jan. 2024.

em condições de pobreza extrema, enquanto nas áreas rurais essa taxa aumentou consideravelmente para 7,1%. Esses números refletem uma disparidade entre as áreas urbanas e rurais, com a pobreza extrema sendo mais pronunciada no campo, possivelmente devido à menor infraestrutura e oportunidades de emprego. Em Paraguai, a situação de pobreza extrema também apresentou variações entre as áreas. No total nacional, a taxa foi de 7,3%, com a pobreza extrema nas áreas urbanas representando 3,4%. No entanto, nas áreas rurais, a taxa disparou para 13,7%, indicando que a pobreza extrema é muito mais prevalente nas zonas rurais, o que reflete desafios como o acesso limitado a serviços e a escassez de empregos e infraestrutura adequados. Por fim, Uruguai apresentou as taxas mais baixas de pobreza extrema entre os países analisados, com 0,2% da população nacional vivendo em condições de pobreza extrema. Nas áreas urbanas, esse número foi ainda menor, 0,1%, e nas áreas rurais, 0,4%. Esses números indicam que o Uruguai tem uma situação socioeconômica relativamente mais equilibrada, com menores desigualdades entre áreas urbanas e rurais em comparação com os outros países.¹⁵

Esses dados evidenciam que, embora haja progressos em alguns países, a pobreza extrema continua sendo um desafio significativo, especialmente nas áreas rurais, onde as condições de vida tendem a ser mais difíceis devido à falta de acesso a recursos e serviços essenciais. A ausência de dados sobre a Bolívia e a Venezuela também limita uma compreensão mais ampla da situação da pobreza extrema na região.

Os dados dos indicadores sociais, conforme apresentados pelo The World Bank e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram diversas tendências nos países da América Latina. Na Argentina, a expectativa de vida ao nascer caiu de 77,28 anos em 2019 para 75,39 anos em 2021. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que mede dimensões como saúde, educação e padrão de vida, diminuiu ligeiramente, passando de 0,852 em 2019 para 0,842 em 2021. Apesar dessa redução, o país ainda mantém um IDH elevado, refletindo um bom nível de desenvolvimento humano. No setor educacional, a taxa bruta de matrículas para todos os níveis de ensino aumentou de 101,77 em 2015 para 103,66 em 2017, embora os dados de 2018 a 2023 não tenham sido disponibilizados. Já a taxa de alfabetização entre pessoas com 15 anos ou mais se manteve alta, caindo apenas de 99,18% em 2015 para 99% em 2019.¹⁶

¹⁵ CEPALSTAT DataBank, Cepal.org, disponível em: https://statistics.cepal.org/portal/databank/index.html?lang=es&indicador_id=3328&area_id=930&members=. Acesso em: 23 dez. 2024.

¹⁶ Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Indicadores Sociais. Disponível em: <https://paises.ibge.gov.br/#/mapa/>. Acesso em 30 jan. 2024 e The World Bank Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/SE.ADT.LITR.ZS> Acesso em: 30 jan. 2024.

No Brasil, a expectativa de vida ao nascer também diminuiu, passando de 74,83 anos em 2017 para 72,75 anos em 2021. O IDH manteve-se relativamente estável, variando de 0,759 em 2017 para 0,754 em 2021, o que demonstra um nível de desenvolvimento humano constante, mas com pequenas flutuações. Embora a taxa de matrículas não tenha sido fornecida entre 2017 e 2023, a taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais melhorou, subindo de 93,08% em 2017 para 94,3% em 2021, evidenciando progressos na educação de adultos.¹⁷

O Paraguai observou uma diminuição na expectativa de vida, que caiu de 73,57 anos em 2018 para 70,26 anos em 2021. O IDH também diminuiu de 0,727 em 2018 para 0,717 em 2021, refletindo um leve retrocesso no desenvolvimento humano. Em relação à educação, embora não tenham sido disponibilizados dados sobre matrículas de 2018 a 2023, a taxa de alfabetização para pessoas de 15 anos ou mais apresentou variações, passando de 94,02% em 2018 para 94,54% em 2020.¹⁸

No Uruguai, a expectativa de vida ao nascer caiu de 77,61 anos em 2018 para 75,44 anos em 2021. O país manteve um IDH alto, embora com uma leve redução de 0,819 em 2018 para 0,809 em 2021. A taxa de alfabetização foi de 98,7% em 2018 e 98,77% em 2019, mantendo-se bastante elevada, embora os dados para os anos de 2020 a 2023 não tenham sido fornecidos.¹⁹

Em relação a Bolívia, a expectativa de vida ao nascer em 2021 foi de 63,63 anos. A pontuação de 0,692 no IDH apresentada para o ano de 2021 sugere que, no contexto analisado, o desenvolvimento humano está em um nível médio. a taxa de alfabetização foi de 93,85% em 2020, o que indica um nível relativamente alto de alfabetização entre os adultos e adolescentes da população. Comparado a 2015, quando a taxa era de 92,46%.²⁰

Ao considerar os dados de toda a região, a América Latina como um todo experimentou uma redução de 7,7 milhões de analfabetos nos últimos dez anos. No entanto, a zona rural ainda enfrenta grandes desafios, com 12,8% da população jovem e adulta permanecendo analfabeta, evidenciando que a educação em áreas mais remotas continua sendo uma questão importante a ser resolvida.²¹

De acordo com o Boletim de Comércio Exterior do MERCOSUL de 2022, os dados de desempenho econômico dos Estados-membros entre 2020 e 2022 revelam variações

¹⁷ Brasil, visão geral. Disponível em: <https://paises.ibge.gov.br/#/dados/brasil>. Acesso em: 30 jan. 2024

¹⁸ Paraguai, visão geral. Disponível em: <https://paises.ibge.gov.br/#/mapa/paraguai>. Acesso em: 30 jan. 2024.

¹⁹ Uruguai. Visão geral. Disponível em: <https://paises.ibge.gov.br/#/dados/uruguai>. Acesso em: 30 jan. 2024.

²⁰ <https://paises.ibge.gov.br/#/dados/bolivia>. Disponível em: <https://paises.ibge.gov.br/#/dados/uruguai>. Acesso em: 23 dez. 2024.

²¹ La encrucijada de la educación en América Latina y el Caribe. Informe regional de monitoreo ODS4-Educación 2030. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/node/57194>. Acesso em: 30 jan. 2024.

significativas. Em 2020, a Argentina enfrentou uma queda de 9,9%, mas se recuperou em 2021 com um crescimento de 9,8%, desacelerando para 3,0% em 2022. O Brasil teve uma contração de -3,9% em 2020, seguiu com uma recuperação de 4,7% em 2021 e uma desaceleração para 0,4% em 2022. O Paraguai apresentou uma leve contração de -0,6% em 2020, crescimento de 4,6% em 2021 e uma moderação para 0,7% em 2022. O Uruguai, após uma queda de -5,9% em 2020, teve uma recuperação de 3,9% em 2021, mantendo o mesmo crescimento em 2022. A Venezuela, que registrou uma drástica contração de -30,0% em 2020, viu uma leve queda de -3,0% em 2021, seguida por uma recuperação de 5,0% em 2022. A recuperação mais acentuada em 2021 ocorreu na Argentina, que enfrentou a recessão mais severa no ano anterior, enquanto o Brasil também experimentou um bom desempenho, impulsionado pela melhora da situação sanitária e crescimento nas exportações.²²

De acordo com o Boletín de Comercio Exterior del MERCOSUR n. 7, em 2022, o crescimento do PIB do MERCOSUL foi de 5,0%, refletindo uma recuperação robusta após os impactos da pandemia de COVID-19, impulsionada por esforços internos e pela recuperação econômica global. No entanto, em 2023, o crescimento desacelerou para 1,8%, o que indicou uma perda de fôlego na recuperação, provavelmente devido a fatores como inflação, instabilidade política e desafios internos. Para 2024, a previsão de crescimento foi de 2,1%, sugerindo uma leve recuperação em relação a 2023, mas ainda dentro de um cenário econômico moderado, influenciado por questões internas e a desaceleração global. Por outro lado, o crescimento do PIB no restante da América do Sul foi de 4,5% em 2022, impulsionado pela retomada das exportações e pelo crescimento do consumo interno. No entanto, em 2023, a taxa caiu para 0,9%, refletindo dificuldades econômicas regionais e globais. Para 2024, a previsão foi de um crescimento de 2,0%, o que indica uma expectativa de recuperação, embora modesta, em relação ao desempenho de 2023.²³

Em termos sociais, apesar de avanços na redução da pobreza extrema e geral, ainda há disparidades significativas entre áreas urbanas e rurais, com as zonas rurais enfrentando condições mais difíceis. A situação de pobreza extrema no Brasil, Paraguai e outros países da região revela a continuidade de desafios estruturais. A integração do MERCOSUL tem fortalecido o comércio intrarregional e as relações com parceiros globais, como China, Estados Unidos e União Europeia, promovendo a competitividade das economias latino-americanas.

²² MERCOSUL. Boletín de Comercio Exterior del MERCOSUR N° 5: Superación de la pandemia de enfermedad por coronavirus (COVID-19) y desafíos de la guerra en Ucrania. Montevideo: Secretaría del MERCOSUR, 2022, p. 10. Disponível em: <https://estadisticas.mercosur.int/>. Acesso em: 7 dez. 2024.

²³ MERCOSUL. **Boletín de Comercio Exterior del MERCOSUR N° 7: Oportunidades y desafíos para la integración regional en un escenario de fragmentación mundial.** Montevideo: Secretaría del MERCOSUR, 2023. p. 11. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/entities/publication/b1d9f7f6-e465-4af2-b60c-340a5013968e>. Acesso em: 23 dez. 2024.

Contudo, a volatilidade econômica e as divergências políticas internas ainda são obstáculos para uma maior estabilidade e crescimento sustentado.

A evolução do MERCOSUL ao longo do tempo tem sido fundamental para aumentar a competitividade das economias latino-americanas no cenário global, apesar dos desafios enfrentados, como a volatilidade econômica e as divergências políticas internas.

As estatísticas de comércio exterior destacam o impacto da integração regional promovida pelo MERCOSUL nas balanças comerciais dos países membros. O aumento do comércio intrarregional e a diversificação das exportações revelam uma reconfiguração estratégica das cadeias de valor, aumentando a resiliência econômica do bloco e favorecendo o crescimento sustentável. Essas dinâmicas reforçam a importância do MERCOSUL como um instrumento de fortalecimento econômico na geopolítica latino-americana.

No contexto das economias latino-americanas, Furtado (1979) destaca que o desenvolvimento deve ser entendido não apenas como um desafio relacionado ao aumento de investimentos, mas também como um processo de coordenação e fortalecimento do sistema econômico. A trajetória de desenvolvimento na América Latina se distingue do modelo capitalista clássico, no qual as inovações tecnológicas são essenciais. Nos países subdesenvolvidos, no entanto, essas inovações muitas vezes geram tensões e exacerbam as desigualdades sociais.

Para superar os obstáculos enfrentados pelas economias da região, Furtado enfatiza a necessidade de uma reestruturação das bases econômicas, promovendo a disseminação do progresso técnico em diversos setores produtivos. A inovação tecnológica, especialmente no setor agrícola, deve ser uma prioridade para aumentar a oferta e proporcionar uma distribuição mais equitativa da riqueza. Contudo, ele alerta que para alcançar esses objetivos será necessário um "esforço de reconstrução social mais abrangente do que as reformas agrárias em curso na região" (Furtado, 1979, p. 337).

Furtado (1992) observa que uma das características mais marcantes do subdesenvolvimento é a falta de especialização profissional na maior parte da sociedade. O funcionamento dos mercados contribui para agravar essa situação, uma vez que a especialização depende diretamente da capacidade financeira dos grupos sociais. Para enfrentar essa dificuldade, Furtado defendia investimentos no aprimoramento do capital humano, mesmo que isso exigisse a alocação de uma parte significativa dos recursos. Ele também destacava a importância de políticas de emprego para evitar a exclusão de segmentos da sociedade, resultante da eliminação de formas de ocupação.

Para o economista, o desenvolvimento das economias periféricas passaria pela implementação de "técnicas de planejamento adaptadas às peculiaridades das economias periféricas" e pela capacitação das equipes responsáveis pela execução dessas políticas (Furtado, 2000, p. 235). Nesse contexto, a superação do subdesenvolvimento dependeria da ação do Estado, que deveria implementar políticas econômicas voltadas para esse objetivo.

Furtado argumenta que, no caso da América Latina e, especificamente, no MERCOSUL, o avanço econômico depende de uma intervenção estatal decisiva. O Estado deve direcionar a economia e criar condições propícias ao desenvolvimento regional. Ele também enfatiza a importância da independência tecnológica, destacando que o processo de desenvolvimento exige pesquisas e inovações adaptadas às realidades locais. A dependência de centros externos de pesquisa não seria suficiente para consolidar o progresso social e econômico, sendo necessária uma ação ativa do Estado.

Avaliar o desenvolvimento regional exclusivamente pelos aspectos econômicos, segundo Furtado, seria redutor. Para ele, a integração da dimensão social é essencial, pois os fatores sociais são fundamentais para compreender as variáveis econômicas e o funcionamento do sistema econômico. Negligenciar essa perspectiva poderia resultar em políticas que não abordam aspectos cruciais para o progresso da região.

A solução para superar as limitações internas das economias latino-americanas, conforme Furtado (1983), requer a cooperação entre as economias nacionais. A integração regional só será viável se as estruturas internas de cada país forem adaptadas para que as falhas estruturais não se tornem barreiras ao desenvolvimento. Nesse sentido, políticas de desenvolvimento que envolvem investimentos em pesquisa e a construção de bases econômicas sólidas são fundamentais. Tais medidas visam remover os obstáculos ao crescimento econômico e ao avanço social, promovendo um desenvolvimento regional mais efetivo, especialmente no contexto do MERCOSUL.

6 Considerações Finais

A visão de Celso Furtado sobre o desenvolvimento econômico vai além da simples medição do crescimento quantitativo de uma região. Para o autor, o desenvolvimento está profundamente vinculado à transformação social, à justa distribuição de recursos e à consideração dos fatores sociais e institucionais envolvidos (Furtado, 1992, p. 39). Sua teoria sublinha a importância da ação coordenada do Estado na implementação de políticas que visem a superação das desigualdades estruturais presentes nas economias periféricas.

Ao aplicar a Teoria do Desenvolvimento à realidade da integração econômica latino-americana, observa-se que a criação de instituições como a CEPAL e acordos como o MERCOSUL refletem a tentativa de promover uma cooperação regional que vá além dos benefícios econômicos imediatos. Furtado enfatiza a complexidade desse processo, ressaltando a necessidade de equilibrar os interesses nacionais com os objetivos regionais para garantir um desenvolvimento verdadeiro e sustentável (Furtado, 2000).

A história da integração na América Latina, que se inicia com a ALALC e chega ao MERCOSUL, evidencia uma série de desafios, mas também mostra a perseverança em buscar uma integração econômica que favoreça o crescimento coletivo. Furtado alerta para os riscos da dependência externa e da falta de alinhamento entre os interesses dos países envolvidos, defendendo que a integração deve ser um mecanismo político robusto para impulsionar o desenvolvimento regional (Furtado, 1983, p. 234).

Dentro desse contexto, o MERCOSUL desempenha um papel crucial na integração econômica da América Latina, ao buscar criar um mercado comum e superar as barreiras comerciais entre seus membros. Embora ainda se classifique como uma união aduaneira imperfeita, o bloco demonstra um esforço em ir além da simples liberalização dos mercados, ao buscar acordos setoriais flexíveis que incentivem o desenvolvimento técnico e social da região.

A perspectiva de Celso Furtado sobre o desenvolvimento econômico e a integração regional destaca a importância de superar as desigualdades e promover a equidade social, tratando a integração como um processo abrangente que transcende os limites econômicos. O desafio permanece na harmonização dos interesses, na superação das barreiras institucionais e na garantia de que a integração funcione como um meio eficaz de promover o desenvolvimento socioeconômico da América Latina. Mas, de que forma a concepção de desenvolvimento de Celso Furtado pode ser utilizada como um método de avaliação do processo de integração econômica no MERCOSUL? A concepção de desenvolvimento de Furtado pode servir como uma ferramenta valiosa para avaliar o progresso da integração econômica no MERCOSUL, ajudando a identificar os obstáculos e a estabelecer direções para um avanço mais eficaz.

A análise dos dados de comércio exterior do MERCOSUL entre 2018 e 2022 revela tanto avanços significativos quanto desafios para os países membros. Em 2018, o comércio exterior do bloco alcançou US\$ 495,749 bilhões, representando um aumento de 10% em relação ao ano anterior. As exportações corresponderam a 56% do total, somando US\$ 276,341 bilhões, e o superávit comercial foi de US\$ 56,933 bilhões, impulsionado principalmente pelo Brasil, que registrou o único saldo positivo. A Ásia, especialmente a China, foi o principal parceiro

comercial, tanto em exportações quanto em importações. Já em 2019, o comércio do MERCOSUL caiu 3,7%, totalizando US\$ 478,5 bilhões, com uma redução nas exportações e importações, mas ainda assim registrando um superávit comercial de US\$ 66,6 bilhões.

Em 2020, ano marcado pela pandemia de COVID-19, o comércio do MERCOSUL teve uma queda mais acentuada de 10,4%, somando US\$ 437,3 bilhões, com uma redução de 12% nas trocas comerciais intrazona. Apesar da queda, o superávit comercial aumentou 30% em relação ao ano anterior, alcançando US\$ 63,4 bilhões, refletindo uma queda nas importações. Em 2022, o comércio exterior do MERCOSUL registrou uma recuperação expressiva, atingindo US\$ 727,3 bilhões, com um crescimento de 21,4% em relação a 2021. O superávit comercial foi de US\$ 68,6 bilhões, embora tenha diminuído em relação ao ano anterior.

Em termos de indicadores sociais, a expectativa de vida na região variou, com a Argentina, Brasil e Paraguai registrando quedas, enquanto o Uruguai manteve um nível mais elevado de qualidade de vida. O IDH também apresentou variações, com leve declínio em países como Argentina, Brasil e Paraguai, enquanto o Uruguai manteve um índice elevado. A taxa de alfabetização na América Latina melhorou, mas o analfabetismo permanece um problema significativo nas áreas rurais, com 12,8% da população jovem e adulta ainda analfabeta.

No âmbito econômico, os países do MERCOSUL apresentaram uma recuperação econômica após a crise de 2020, mas com desaceleração nos anos seguintes. Em 2022, o PIB do MERCOSUL cresceu 5,0%, mas a taxa caiu para 1,8% em 2023, com previsão de crescimento moderado de 2,1% em 2024. A recuperação econômica foi impulsionada pela melhora sanitária e aumento das exportações, mas a instabilidade política e a inflação representaram desafios. A região como um todo enfrentou dificuldades econômicas, com o crescimento do PIB da América do Sul diminuindo de 4,5% em 2022 para 0,9% em 2023, com expectativa de 2,0% em 2024.

A análise desses dados indica que, embora o MERCOSUL tenha experimentado uma trajetória de crescimento, fatores externos, como a pandemia e a desaceleração econômica global, impactaram negativamente o desempenho comercial do bloco em alguns anos. A Ásia, liderada pela China, continuou sendo o principal destino e origem do comércio, refletindo a crescente dependência do MERCOSUL de mercados externos. Além disso, as flutuações nas exportações e importações dos países membros, com destaque para o superávit do Brasil e os déficits comerciais da Argentina, Paraguai e Uruguai, mostram as disparidades no desempenho econômico entre os países do bloco, ressaltando os desafios da integração econômica regional.

Diante disso, a aplicação da metodologia de Celso Furtado na análise do MERCOSUL, considerando tanto as características sociais quanto as econômicas, proporciona uma compreensão mais abrangente dos desafios enfrentados pelos Estados membros e sugere direções específicas para promover o desenvolvimento equitativo na região.

Furtado, em sua obra, oferece uma perspectiva crítica que destaca a importância da intervenção estatal e do alinhamento de interesses entre os países-membros como elementos fundamentais para o sucesso da integração regional (Furtado, 1983, p. 189). Essa abordagem lança um olhar sobre a necessidade de políticas coordenadas e esforços conjuntos para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico e fortalecer a posição internacional do Mercado Comum do Sul. Assim, é essencial fortalecer a integração política e econômica, com ênfase na mitigação das disparidades sociais, a fim de assegurar um desenvolvimento sustentável e equitativo para a América Latina e para o MERCOSUL.

Referências

- BAPTISTA, L. O. **Integração econômica: aspectos jurídicos e econômicos**. São Paulo: LTr, 1998.
- BRASIL. **Tratado de Assunção para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai**. Assunção, 26 mar. 1991. Disponível em: <https://www.mercosur.int>. Acesso em: 5 dez. 2025
- CEPAL. **Transformación productiva con equidad: la tarea prioritaria del desarrollo de América Latina y el Caribe en los años noventa**. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 1994.
- FURTADO, C. **A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- FURTADO, C. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- FURTADO, C. **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FURTADO, Celso. **Celso Furtado: Economia**. Coletânea organizada por Francisco de Oliveira. São Paulo: Ática, 1983.
- FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado; Contraponto, 2009.
- FURTADO, C. **Essencial Celso Furtado**. Apresentação e notas de Rosa Freire d’Aguiar. Prefácio de Carlos Brandão. 1. ed. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2013.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 23. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Publifolha, 2007.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1981.

FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

OCAMPO, R. G.; SANGUINETTI, J. M. **Derecho público de la integración**. Ed. Ábaco de Rodolfo Depalma, 2007.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. *In*: BIELCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. São Paulo: Record, 2000. p. 69-136.

Data de submissão: 23/12/2024

Data de aceite: 12/03/2025